

POSTURA EPISTÊMICA DOS CONDICIONAIS LINGUÍSTICOS

Priscila Mattos Monken (UENF)

pri_monken@hotmail.com

Gilberto Gomes (UENF)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é estudar a postura epistêmica positiva ou neutra em condicionais, a partir do julgamento da aceitabilidade diferencial de paráfrases de *se* com *já que* ou *caso*, respectivamente. Após breve discussão da possibilidade da postura epistêmica positiva em condicionais, é relatada pesquisa empírica, em que frases condicionais foram apresentadas em três contextos: 1. contexto indefinido (frase isolada); 2. contexto indutor de certeza; 3. contexto indutor de incerteza. A escolha das paráfrases correlacionou-se com a atribuição induzida de certeza ou incerteza e, no contexto indefinido, ambas as paráfrases mostraram-se igualmente possíveis, de acordo com o contexto imaginado pelo sujeito. A parafraseabilidade diferencial mostrou-se um recurso metodológico útil. Confirmou-se a possibilidade de postura epistêmica positiva em condicionais.

Palavras-chave:

Condicionais. Condicionais factuais. Parafraseabilidade diferencial.

ABSTRACT

The aim of this article is to study positive or neutral epistemic stance in conditionals through the differential acceptability of paraphrases of *se* (if) with *já que* (since) or *caso* (in case), respectively. After a brief discussion of the possibility of positive epistemic stance in conditionals, an empirical research project is reported, in which conditional sentences were presented in three contexts: (1) indefinite context (isolated sentence); (2) certainty-inducing context; and (3) uncertainty-inducing context. Choice of paraphrases was correlated to the induced attribution of certainty or uncertainty and, in the indefinite context, both paraphrases showed to be equally possible, in accordance to the context imagined by the subject. Differential paraphrasability showed to be a useful methodological tool. The possibility of positive epistemic stance in conditionals was confirmed.

Keywords:

Conditionals. Differential paraphrasability. Factual conditionals.

1. Introdução

Em uma frase condicional da forma *Se A, (então) B*, chamamos *A* (a oração subordinada condicional sem a conjunção *se*) de antecedente (ou prótase) e *B* (a oração principal, sem a palavra *então*, caso presente) de *consequente* (ou apódose). Koch (2000:129) observa que uma frase

condicional não afirma que o antecedente é verdadeiro; todavia, se o antecedente for verdadeiro, o conseqüente também o será. O objetivo da enunciação de uma frase condicional, assim, não é a asserção do antecedente, nem do conseqüente, mas da relação condicional entre ambos. Entretanto, pode-se verificar que, embora normalmente uma frase condicional não afirme a verdade do antecedente, em certos casos ela pode fazê-lo:

(1) Se ele fez o que fez, merece punição.

Nesse caso, parece óbvio que o falante acredita na verdade do antecedente, ou pelo menos está falando como se nela acreditasse. Compararemos essa frase com:

(2) Se ele fez o que dizem que ele fez, merece punição.

Nesta, o falante apenas supõe que o indivíduo de quem fala tenha feito aquilo que dizem que ele fez. Na primeira, entretanto, não são os outros, mas sim o próprio falante quem diz que ele o fez. Seu antecedente, portanto, não tem o objetivo de fazer uma suposição, mas sim de estabelecer uma premissa, a partir da qual decorre a conclusão enunciada pelo conseqüente. O falante aceita a verdade do antecedente. Note-se que a segunda frase pode ser parafraseada com o futuro perfeito do subjuntivo, mas não a primeira:

(3) Se ele tiver feito o que você diz que ele fez, merece punição.

Ao contrário, não caberia dizer:

(4) *Se ele tiver feito o que fez, merece punição.

Helena Gryner (citada por Costa 1997) distingue três tipos de condicionais: *realis*, *potentialis* e *irrealis*. Nessa classificação o *irrealis*, como o próprio nome sugere, designa a frase condicional em que o fato descrito no antecedente é irreal, o *realis* designa aquela em que esse fato é real e o *potentialis* indica aquela em que esse fato pode ou não acontecer, isto é, é hipotético.

Essa classificação coincide com a de Leão (1961:31-32), que chama as frases condicionais de períodos hipotéticos e segundo a qual temos três tipos de períodos hipotéticos, a saber, período hipotético do real, período hipotético do potencial e período hipotético do irreal. No *realis* “a condição é, foi ou deve ser realizada efetivamente; trata-se de um fato cuja realidade se reconhece; às vezes é uma realidade que se deseja acentuar”. A autora observa que esse período é caracterizado pelo

fato de apresentar verbos no modo indicativo. No período hipotético do potencial, “a condição é eventual, simplesmente possível. O fato pode realizar-se ou não, mas não há nenhum pronunciamento do falante sobre a realidade desse fato”. Já o *irrealis* é expresso por uma “condição contrária à realidade”. Isto é, não pôde e nem nunca poderá realizar-se.

Alguns autores, como Costa (1997, p. 27), incluem os casos de incerteza quanto à realidade do antecedente dentro do *irrealis*. Outros, como Taylor (1997), chamam esses casos de *condicionais hipotéticas*. Vemos, assim, que não há uniformidade no uso da nomenclatura. Segundo o último autor, num condicional factual, presume-se que o conteúdo do antecedente seja verdadeiro, enquanto que, num contrafactual, esse conteúdo é tido como contrário aos fatos. Entre essas duas categorias, acrescenta, ficam as condicionais hipotéticas, nas quais o conteúdo do antecedente é considerado como uma possibilidade, nem de acordo com a realidade, nem necessariamente inconsistente com ela (TAYLOR, 1997, p. 301).

Fillmore (1990, p. 142) usa o conceito de *postura epistêmica*, segundo o qual o falante pode ter três relações epistêmicas com o mundo representado pela condicional: a) ele pode considerá-lo como o mundo real; b) pode considerá-lo como distinto do mundo real; c) pode não saber se ele é o mundo real ou não. Essas três posturas epistêmicas são chamadas, respectivamente, de positiva, negativa e neutra.

Certos autores, como Harder (1996) tendem a não reconhecer a possibilidade das condicionais com postura epistêmica positiva. Dancygier e Sweetser (2000; 2005) notam que a postura epistêmica positiva está preferencialmente associada, em inglês, às conjunções *when*, *since* e *because* (que correspondem em português a *quando*, *já que* e *porque*). Tendem, assim, a ver a incerteza ou irrealidade como algo inerente à natureza das frases condicionais, buscando uma explicação especial para os casos que parecem contrariar essa norma.

No pólo oposto, Schwenter (1999, p. 4-40) combate a tese de que as condicionais sempre envolvam uma postura epistêmica neutra ou negativa. Segundo ele, a condição hipotética não é parte da semântica codificada dos marcadores condicionais, mas é dada pragmaticamente, através de uma implicatura conversacional generalizada, que pode ser cancelada.

Gomes (2008) sustenta também a realidade das condicionais factuais, propondo uma nova nomenclatura para dois dos três tipos: em

contraste com as condicionais tradicionalmente chamadas de contrafactuais (*counterfactual conditionals*), distingue as *accepted-fact conditionals* (condicionais de fato aceito) e as *uncertain-fact conditionals* (condicionais de fato incerto). Destaca também a distinção de tempos verbais de que o português dispõe para os dois últimos tipos, sendo o futuro do subjuntivo exclusivo das condicionais de fato incerto e os tempos do indicativo necessários para as de fato aceito. Gomes (2008) salienta ainda a possibilidade de paráfrase de *se* (em inglês, *if*) com *caso* (*in case*), exclusivamente nas condicionais de fato incerto e nas contrafactuais, e com *já que* (*since*), exclusivamente nas de fato aceito.

São os seguintes os principais pontos defendidos por Gomes (2008): As condicionais factuais (ou de fato aceito) com *se* podem ser parafraseadas com *já que*, mas não com *caso*. Já as condicionais hipotéticas (ou de fato incerto) – assim como as contrafactuais – com *se* podem ser parafraseadas com *caso*, mas não com *já que*. A interpretação de uma condicional com o futuro do subjuntivo no antecedente é necessariamente de fato incerto. A interpretação de uma condicional com um tempo do indicativo no antecedente pode ser, de fato, aceito ou incerto. Entretanto, para certos dialetos da língua portuguesa, o uso do indicativo no antecedente, em certos casos, favorece a interpretação de fato aceito, já que, nos casos de fato incerto, esses dialetos usam, preferencialmente, nesses casos, o futuro do subjuntivo.

A pesquisa empírica da qual relatamos aqui uma parte integrou a dissertação de uma dos autores do presente artigo, orientada pelo outro. Nela investigamos a parafraseabilidade diferencial com *caso* ou *já que* para condicionais com tempos do indicativo na prótase. Investigamos o papel da postura epistêmica atribuída ao falante na aceitação pelo sujeito dessas paráfrases. Em outro trabalho, examinaremos a influência das variáveis demográficas pesquisadas sobre a escolha de uma ou outra paráfrase.

2. *Hipóteses*

1. Em contexto indefinido, uma condicional com indicativo no antecedente poderá ser interpretada como sendo de fato aceito ou incerto e os sujeitos poderão preferir ou a paráfrase com *já que* ou com *caso*.

2. Em contexto indutor de certeza, uma condicional com indicativo no antecedente será interpretada como sendo de fato aceito e os sujeitos preferirão a paráfrase com *já que*.
3. Em contexto indutor de incerteza, uma condicional com indicativo ou futuro do subjuntivo no antecedente será interpretada como sendo de fato incerto e os sujeitos preferirão a paráfrase com *caso*.

4. Metodologia

Foi usado um formulário incluindo 27 quesitos, devendo o sujeito em cada um deles escolher uma entre duas opções de paráfrase (uma com *caso*, a outra com *já que*). Foi solicitado a ele que indicasse aquela que mais lhe parecia de acordo com a frase condicional do enunciado. Uma única resposta devia ser dada obrigatoriamente a cada quesito. Foi salientado que não havia resposta certa ou errada e que o objetivo era saber como ele naturalmente entendia essas frases.

Nos primeiros 9 quesitos, a condicional era apresentada em contexto indefinido, ou seja, sem nenhuma outra frase indutora de uma interpretação particular. Sempre apresentava um tempo do indicativo no antecedente. Em seguida, as mesmas 9 frases eram apresentadas (com alterações na ordem) precedidas de uma frase indutora de uma interpretação de certeza ou de incerteza em relação à verdade do antecedente. Nos casos de contexto indutor de incerteza em que isso nos pareceu mais natural, o futuro do subjuntivo foi usado no antecedente. Apresentamos a seguir, a título de exemplo, os quesitos 1, 11 e 19:

1 – Se ela é italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

() Caso ela seja italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

() Já que ela é italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

11 – Ela é italiana. E se ela é italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

() Ela é italiana. E já que ela é italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

() Ela é italiana. E caso ela seja italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

19 – Talvez ela seja italiana. E se ela for italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

() Talvez ela seja italiana. E caso ela seja italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

() Talvez ela seja italiana. E já que ela é italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

A ordem em que as paráfrases eram apresentadas, em todos os contextos, era variada. Em estudo preliminar, não encontramos influência dessa ordem nos resultados obtidos. Os contextos indutores de incerteza incluíram a afirmação do antecedente precedido por *Talvez* (em 3 quesitos), *Não sei se* (em 3 quesitos), *Às vezes*, *Ele quis saber se*, e *Ele pode... ou não*. Os contextos indutores de certeza consistiam na afirmação prévia do antecedente, às vezes complementada por alguma razão ou circunstância que a justificasse.

Para a análise qualitativa, foram anotadas as perguntas e comentários feitos pelos entrevistados durante ou após o preenchimento do formulário, como, por exemplo: *Posso não marcar nenhuma alternativa?* ou *Eu falaria das duas formas, posso marcar as duas opções?* (Note-se que para essas duas perguntas a resposta era não). Ao término do formulário, fazíamos um inventário em que perguntávamos a respeito de algumas opções assinaladas pelos informantes. Mais uma vez, frisávamos que as escolhas não estavam erradas, mas que gostaríamos de saber um pouco mais sobre o pensamento expresso por algumas de suas opções. Essas perguntas se referiam às respostas que contrariavam o esperado, de acordo com nossas hipóteses. Por exemplo, nos quesitos 11 e 19 reproduzidas acima, esperávamos que a primeira opção fosse marcada. Quando a segunda era a escolhida, perguntávamos sobre as razões do entrevistado para tal.

Algumas pessoas mudavam sua resposta ao tentar explicar o porquê de suas escolhas e registrávamos em nosso inventário essa mudança

e o porquê dela ter ocorrido. Porém, os dados quantitativos de nossa pesquisa empírica se referem apenas às primeiras escolhas de nossos informantes. Optamos por registrar quantitativamente só as primeiras escolhas para não correremos o risco de computar dados que pudessem ter sido influenciados pelos nossos questionamentos com o respondente.

Não pedíamos que os participantes de nosso estudo se identificassem no formulário e apenas que registrávamos neste a idade, o sexo e a escolaridade. A entrevista, normalmente, durava cerca de 35 minutos, devido a não limitarmos nossa pesquisa a um simples preenchimento do formulário. Preliminarmente, buscávamos estabelecer um relacionamento amigável com o entrevistado, para tornar o resultado de nosso estudo o mais próximo do natural e depois o questionávamos, como descrito, sobre algumas de suas escolhas.

O fato de o formulário ser composto por 27 enunciados a serem respondidos, muitas vezes ocasionou cansaço nos informantes. Isso fez, em vários casos, com que tivéssemos que dar uma pausa de uns dez minutos para que os informantes não os preenchessem de forma automática. Nesses casos, ultrapassamos aos 35 minutos aproximados de nossa coleta de dados.

Foram entrevistados 137 sujeitos, dos quais 76 mulheres e 61 homens. 53 sujeitos estavam na faixa etária de 14–25 anos; 48 sujeitos estavam na faixa etária de 26–49 anos e 36 sujeitos tinham 50 anos ou mais. Em relação à escolaridade, 39 tinham o ensino fundamental completo ou incompleto; 63 tinham o ensino médio completo ou incompleto; e 35 tinham ensino superior completo ou incompleto.

A análise estatística dos resultados foi feita usando o método do qui-quadrado (OLIVEIRA, 2005). Os dados também foram analisados qualitativamente, visando uma melhor interpretação dos resultados obtidos.

5. Resultados quantitativos

A tabela a seguir apresenta:

Respostas em	Respostas <i>Caso</i>	Respostas <i>Já que</i>	% Respostas <i>Caso</i>
Total	1879	1820	51%
Contexto Indefinido	634	599	51%
Contexto Indutor de Certeza	368	865	30%
Contexto Indutor de Incerteza	877	356	71%

Nos quesitos com contexto indefinido, houve 51% de respostas *caso*. (Como cada quesito exigia uma única resposta *caso* ou *já que*, a porcentagem da outra resposta é sempre o complemento da porcentagem apresentada de uma resposta. No caso do contexto indefinido, portanto, houve 49% de respostas *já que*). Nos quesitos com contexto indutor de certeza, houve 70% de respostas *já que* e nos de contexto indutor de incerteza, 71% de respostas *caso*. A diferença observada entre os contextos de certeza e de incerteza foi significativa, pelo teste do qui-quadrado, no nível de 0,001.

6. *Resultados qualitativos e discussão geral dos resultados*

Nos quesitos com contexto indutor de incerteza, observamos uma predominância das respostas *caso*, e naqueles com contexto indutor de certeza, uma predominância das respostas *já que*, confirmando nossas hipóteses. A diferença entre as respostas nesses dois contextos mostrou-se altamente significativa (nível 0,001). Ainda assim, um número não desprezível de sujeitos deu a resposta *já que* no contexto de incerteza (29%) e a resposta *caso* no contexto de certeza (30%).

É pela análise qualitativa que podemos investigar o significado dessas respostas não previstas. Podemos atribuir algumas dessas respostas discrepantes simplesmente à falta de atenção, seja por cansaço, falta de interesse ou distração. Deve-se registrar também que vários sujeitos mudaram sua resposta no inventário, mas não computamos essa mudança em nossa estatística. A razão de não levarmos em conta essa mudança foi que ela poderia ter sido motivada apenas pela própria pergunta que fizemos. Na avaliação qualitativa, entretanto, observamos que os sujeitos em

geral justificavam essa mudança em função de seu entendimento das frases.

Outra observação, que nos surpreendeu, foi a tendência dos sujeitos a imaginarem criativamente contextos para as frases, independentemente dos contextos fornecidos. Esses contextos espontaneamente criados incluíam a atribuição de estados mentais ao enunciador, de acordo com a observação de Ferrari (2011, p. 44): “Assume-se que o falante não apenas constrói mentalmente a realidade física externa, mas também os estados mentais de conhecimento, crença e intenção de seus interlocutores”. No caso, o enunciador da condicional pesquisada ocupa, para o entrevistado, lugar equivalente ao de um interlocutor. Muitas vezes, os contextos imaginados pelo entrevistado estavam em contradição ao contexto indutor de postura epistêmica fornecido. Talvez tenha colaborado para isso o fato de todas as frases terem sido apresentadas inicialmente sem qualquer contexto indutor, despertando assim a imaginação dos sujeitos. Em trabalho futuro, seria interessante utilizar os contextos indutores já na primeira apresentação da condicional, para evitar a criação imaginativa espontânea pelo sujeito de contextos conflitantes com a interpretação pretendida. No inventário, os sujeitos descreviam esses contextos criados por eles como justificativa para sua resposta, mesmo que estivessem em desacordo com a frase fornecida como contexto. Quando aceitavam ambas as possibilidades de paráfrase, é porque imaginavam contextos alternativos.

Seja qual tenha sido o motivo das respostas discrepantes, a diferença entre a maioria das respostas, entre os dois contextos, na direção esperada, com alta significância estatística, confirma nossas hipóteses 2 e 3. Ou seja, a interpretação de fato incerto para o antecedente de uma condicional (postura epistêmica neutra) está relacionada à possibilidade de paráfrase com *caso*, e a de fato aceito (postura epistêmica positiva) à possibilidade de paráfrase com *já que*. Fica claro, por outro lado, que, para certo número de falantes, essas possibilidades de paráfrase não se mostram tão definidas e mutuamente exclusivas quanto esperávamos.

Nos quesitos com contexto indefinido, tivemos aproximadamente 50% de respostas para cada opção. Aceitando-se a correlação entre as respostas *caso* e *já que* e, respectivamente, as interpretações de postura epistêmica neutra e positiva (confirmada pelos resultados acima), isso significa que, em contexto indefinido, as condicionais com antecedente no indicativo podem ser interpretadas como apresentando uma postura ou outra, ou seja, como exibindo factualidade aceita ou incerta (hipótese 1).

7. Conclusões

Alguns consideram que uma postura epistêmica positiva do falante em relação ao conteúdo de uma frase condicional é incompatível com a própria formulação dessa frase. Ao contrário, verificamos que a escolha de paráfrases com *já que*, em cerca de metade das frases sem contexto fornecido pesquisadas, e a escolha preferencial de tais paráfrases, nas frases com contexto indutor de certeza quanto à verdade do antecedente, indicam que a atribuição de postura epistêmica positiva (a única compatível com o uso de *já que*) é frequente na interpretação de frases condicionais.

Por outro lado, confirmamos que a possibilidade de paráfrase com o conector *caso* está correlacionada à postura epistêmica neutra (não foi pesquisada neste trabalho a postura epistêmica negativa).

Não encontramos confirmação para a afirmação de Gomes (2008), de que, para alguns dialetos da língua portuguesa, o uso do indicativo na prótase estaria preferencialmente associado, pelo menos em certos casos, a uma interpretação como condicional de fato aceito, ou seja, com atribuição de postura epistêmica positiva. Isso pode ter sido resultado do dialeto prevalente no local onde foi feita a pesquisa. De toda forma, esse ponto não foi especificamente estudado aqui e deveria ser objeto de novas pesquisas.

Em relação à metodologia empregada, o uso da parafraseabilidade diferencial mostrou-se um instrumento útil de investigação semântica. Além disso, o fornecimento de contextos mostrou-se também eficiente (embora nem sempre), para induzir uma determinada atribuição de postura epistêmica. Verificamos também a importância de associar à análise quantitativa uma investigação qualitativa dos resultados, para uma melhor interpretação dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1957.

ARMENGAUD, Françoise. *A pragmática*. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006.

AUSTIN, Jhon. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: lucerna, 2003.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

COSTA, Ana Lúcia dos P. *A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1997.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. *Estatística*. 2. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís F. Lindley Cintra. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora digital, 2007.

DILLINGER, Mike. Forma e função na linguística. *D.E.L.T.A.*, v. 7, n. 1, p. 395-407, São Paulo, 1991.

DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de Linguística*. 15. ed. São Paulo: Curitiba, 2001.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. *Gramática*. São Paulo: Ática, 1999.

FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

FÁVERO, Leonor, L. O processo de coordenação e subordinação. Uma proposta de revisão. In: CLEMENTE, E.; DIRST, M. *Linguística Aplicada ao ensino de Português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERRARI, L. V. Postura Epistêmica, Ponto de Vista e Mesclagem em Construções Condicionais na Interação Conversacional. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 3, n. 4, p. 115-28, 1999.

FERRARI, L. V. Modalidade e condicionalidade no português do Brasil. *Actas do XV Encontro Nacional da APL, FARO*, v. 1, p. 459-76, 2000.

_____. Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognivista. *Veredas*, v. 4, n. 6, p. 21-30, Juiz de Fora, 2000.

_____. Construções condicionais e a negociação de perspectivas epistêmicas na interação entre professores. *Revista do GELNE*, Universidade Federal do Ceará, v. 1, p. 78-82, 2000.

_____. Construções gramaticais e a gramática das construções condicionais. *Scripta*, PUC Minas, v. 5, n. 9, p. 143-50, 2001.

_____. A sociocognitive Approach Modality And Conditional Constructions In Brazilian Portuguese. *Journal of Language And Linguistics*, v. 1, p. 218-38, 2002.

FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago. V. VIII. 1969

FURTADO DA CUNHA; Maria a.; COSTA, Marco A.; CEZARIO, Maria M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, Maria A.; OLIVEIRA, Mariângela R. de; MARTELOTTA, Mário E. (Orgs). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FURTADO DA CUNHA, Maria A.; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; VOTRE, Sebastião. A interação Sincronia/Diacronia no estudo da Sintaxe. *Revista D.E.L.T.A.*, v. 15, n. 1. São Paulo: 1999.

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 18. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typology introduction*. V. I. Amersand / Philadelphia: J. Benjamins, 1984.

_____. *Syntax: a functional – typology introduction*. Vol. II. Amersand: Benjamins, 1990.

_____. *Functionalism and grammar*. Amersand / Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

GIBBON, Adriana de Oliveira. A gramaticalização da forma perifrástica (ir + infinitivo) como codificadora do tempo futuro: o percurso a partir de fatores semânticos, discursivos e sociais. *Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Cadernos do CNFL*, v. IV, n. 7, p. 7-23. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2000.

GIBBON, Adriana de Oliveira. A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis: gramaticalização e variação. *Boletim da Abralin*. n. 26, v. 2, p. 29-32, 2003.

GRICE, H. Paul. Lógica e conversação. Trad de João Wanderley Geraldi. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Fundamentos metodológicos da Linguística*. V. IV. Campinas: Unicamp, 1982. p. 81-104

GOMES, Gilberto. Three types of conditionals and their verb forms in English and Portuguese. *Cognitive Linguistics*, 19/2, p. 219-40, 2008.

_____. “Ah, se eu fosse você, eu voltava pra mim”: pensamento e linguagem nas afirmações condicionais. 2007. (manuscrito)

_____. Three types of conditionals and their verb forms in English and Portuguese. *Cognitive Linguistics*, v. 19, p. 219-40, 2008.

_____. Are Necessary and Sufficient Conditions Converse Relations?. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 87, n. 3, p. 375-87, 2009.

HEINE, Bernd, CLAUDI; Ulrike, HÜNEMEYER, Frederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago / London: The University of Chicago Press. 1991.

HEINE, Bernada. Gramaticalization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (Eds). *A handbook of historical linguistics*. Blackweel, 2003.

HOPPER, P. J. Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVON, T. (Ed.). *Syntax and grammar*. Amerstand / Philadelphia: John Benjamins, 1979.

_____. *On Some Principles of Grammaticalization*. In: E. TRAUGOTT and B. HEINE (eds.) *Approaches to Grammaticalization I*, Amsterdam: John Benjamins, p. 17-35, 1991.

HOPPER & TRAUGOTT. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Dificuldades na leitura/produção de textos: os conectores interfrásticos. In: CLEMENTE, Elvo (Org.). *Linguística Aplicada ao ensino de português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

_____. *Argumentação e linguagem*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LEÃO, Ângela Vaz. *O período hipotético iniciado por se*. Belo Horizonte. UFMG, 1961.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 14. ed. São Paulo: Globo, 2000.

- MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- NASCIMENTO, M. Fernanda Bacelar do; RIVENC, Paul; CRUZ, Maria Luísa Segura da. *Português fundamental*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1987. 2 v.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge textbooks in Linguistic. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática: teoria e prática*. 18. ed. São Paulo: Atual, 1994.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Ver. E aum. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995 [1916].
- SCHWENTER, Scott A. *Pragmatics of conditional marking: implicature, scalarity, and exclusivity*. United States of America: Stanford University, 1999.
- SEARLE, J.R. *Speech Acts: Na Essay in the Philosoph of Language*. Cmbridge: CUP, 1969.
- SHERRE, M Marta Pereira; Naro, Anthony J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: Mollica, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs). *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SILVA, M. Aparecida da. O deslizamento de sentido no verbo ir como indicador de tempo futuro. In: Hora, Dermeval da (Org.). *I Simpósio Nacional de Estudos Linguísticos*. João Pessoa: Idéia, 1997.
- SILVEIRA, Jane Rita Caetano da; FELTES, Heloisa Pedroso de Moraes. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância*. 3. ed. Caxias do Sul: Educs; Porto Alegre: EDPUCRS, 2002.
- SOUZA, Jamille Militão. *Graus de explicitação em reescrita de produção textual: Análise, uma base na teoria da Relevância, dos efeitos da*

intervenção oral docente. Tubarão: Universidade do Sul de Catarina,
[s.d.].